

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Patrus Ananias – PT/MG)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir as políticas públicas para o rural brasileiro que serão desenvolvidas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requereremos que, em Audiência Pública, seja discutida as políticas públicas para o rural brasileiro. Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes:

- **José Ricardo Ramos Roseno** – Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
- **Marcos Rochinski** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF
- **Alberto Bloch** - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - CONTAG
- **Alexandre Conceição** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra -MST

JUSTIFICAÇÃO

As Medida Provisória 726 e o Decreto nº 8.780 todos publicados no mês de maio de 2016, realizou as restruturações dos órgãos do Governo

Federal que são responsáveis pelas políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária.

Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a criação de uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada a Casa Civil da Presidência da Repúlicas, as entidades da sociedade civil que tem atuação no rural brasileiro estão questionando como serão realizadas as diversas ações que foram estruturadas nos últimos anos. Desde a criação do MDA, em 1999, foi aberto um espaço importante para elaboração de políticas públicas para esses grupos e um canal institucional voltando para a discussão de suas demandas. A criação do Ministério teve um importante peso político e simbólico, e representou o reconhecimento pelo estado Brasileiro da importância e da pluralidade dos 4.366.2677 estabelecimentos agropecuários familiares identificados no Censo Agropecuário de 2006. Destacamos a ampliação e diversificação das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, e a viabilização da participação social nas negociações internacionais relacionadas aos temas da agricultura familiar, da Reforma Agrária e da política de Desenvolvimento Agrário. Além disso, tiveram origem no MDA o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Programa de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a participação no Programa de Aquisição de Alimentos e muitos outros.

Por essas razões apresentamos o presente requerimento, para que possamos realizar o debate do futuro dessas políticas.

Sala da Comissão, em de Junho de 2016.

PATRUS ANANIAS
DEPUTADO FEDERAL –PT/MG